

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

**A PERCEPÇÃO ACERCA DA CATEGORIA DE TRABALHO PRESENTE NA  
HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO  
BRASILEIRO: REFLEXÕES INICIAIS<sup>1</sup>  
THE PERCEPTION ABOUT THE WORK CATEGORY PRESENT IN THE  
HISTORICITY OF VOCATIONAL EDUCATION IN THE BRAZILIAN  
CONTEXT: INITIAL REFLECTIONS**

**Luana Lopes<sup>2</sup>, Roselene Moreira Gomes Pommer<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa realizado no curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - UFSM

<sup>3</sup> Doutora em História. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - UFSM

**A PERCEPÇÃO ACERCA DA CATEGORIA DE TRABALHO PRESENTE NA HISTORICIDADE  
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: REFLEXÕES INICIAIS**

**RESUMO:** Ao longo da história brasileira, as políticas públicas para a educação profissional e tecnológica sofreram alterações que estiveram relacionadas às oscilações vividas pelo modelo produtivo do país. Decorrente desse pressuposto, o presente projeto de pesquisa pretende investigar a percepção acerca da categoria de trabalho que norteou as propostas curriculares dos primeiros cursos técnicos integrados ofertados pelo Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM). A relevância do tema está na importância atribuída à educação profissional e tecnológica no Brasil, especialmente a partir das alterações vivenciadas pelo mundo do trabalho, decorrentes da reorganização produtiva do sistema capitalista, com a Revolução da Automação. Adotar-se-á como metodologia a sistematização de informações que poderão propiciar a compreensão da percepção acerca de trabalho, no final da década de 1960, quando deu-se a implantação do CTISM. A pesquisa constitui-se de análises bibliográficas, através das quais procurar-se-á identificar o significado da categoria trabalho nos arranjos sociais do período da história que corresponde ao de implantação e formação das primeiras turmas da unidade pesquisada. Correlacionada a esta, realizar-se-á a pesquisa documental, com o objetivo de vincular o discurso teórico, a realidade apresentada pelos documentos oficiais, como os cadernos de registro de classes e informações da estrutura curricular das primeiras turmas. Este estudo tem caráter exploratório, tanto no que se refere a pesquisa bibliográfica, como a documental. Com os resultados obtidos, estima-se demonstrar a concepção de trabalho na época, identificar o objetivo da educação profissional ofertada e quais os perfis profissionais que se pretendia desenvolver.

**Palavras-chave:** trabalho; educação profissional e tecnológica; currículo

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

## INTRODUÇÃO

O trabalho é um produto das relações sócio históricas. É a partir dele que o processo de humanização se estabelece, ou seja, é através do trabalho que o homem se forma homem. Porém, esse processo precisa ser aprendido, pois o homem é o único animal que não nasce sabendo trabalhar, não nasce sabendo prover a sua subsistência, precisando aprender a fazê-lo.

Muito por conta do significado atribuído ao trabalho para o processo formativo humano, ao longo do tempo esse sofreu reformulações que estiveram relacionadas às necessidades sociais e econômicas de cada época histórica. A partir da Revolução Industrial do século XVIII, ele passou a ser visto na perspectiva de objeto, desvinculado do sujeito produtor.

Para compreendermos o processo de significação do trabalho, é necessário avaliarmos o processo sócio produtivo humano a partir de uma perspectiva histórica. Um dos principais teóricos das relações sociais produzidas no âmbito do trabalho foi o filósofo Karl Marx, que analisou os desdobramentos dessa categoria sob a perspectiva do sistema capitalista. A partir de suas análises, concluiu que o trabalho autônomo seria a condição fundamental para o estabelecimento da liberdade do homem.

Com base no exposto, esse projeto tem como tema a análise do conceito de trabalho, considerando o seu significado no período histórico em que o CTISM implantou os primeiros cursos técnicos para a área industrial, ou seja, no final da década de 1960, período de vigência da ditadura civil-militar no Brasil.

Nesse período, segundo Maria Ciavatta (2009), como produto das ideologias desenvolvimentistas, a “teoria do capital humano” ganhou relevância para a formação dos trabalhadores, já que o período ditatorial correspondeu a fase do pseudo desenvolvimento econômico do país. Logo, essa teoria continha um elemento novo de interpretação da relação entre trabalho e educação: a educação era apresentada como um bem econômico, cujo custo mediava-se pelo investimento necessário para atingirem-se os benefícios econômicos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho é um fator determinante na formação das sociedades e, para entendermos a sua importância, necessário se faz a análise sobre as concepções e a historicidade dessa categoria, no contexto brasileiro. Em vista disso, essa pesquisa propõe o estabelecimento das relações entre as experiências do passado, percebidas no presente, a fim de que se possa gerar perspectivas em relação ao futuro e, assim, contribuir para a melhoria da educação profissional e tecnológica ofertada no Brasil.

A história é compreendida, hoje, como a área do conhecimento que tem, como objeto

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

central de estudos, um processo de causas e efeitos, de rupturas e permanências. Analisando-se a história da educação profissional no Brasil, é possível verificarmos referências do passado que estão presentes até os dias de hoje, influenciando na estruturação das políticas públicas para essa modalidade de ensino. Por isso, para entendermos a história das concepções e práticas relativas ao trabalho humano, é importante irmos além das dimensões escolares, sendo necessário considerarmos, também, o contexto econômico, político e social de cada época.

O trabalho humano tem uma característica específica e diferente dos instintos animais, visto que os animais são movidos pela ação instintiva de sobrevivência. Já o que ocorre com o homem, diz respeito à realização reflexiva de suas intervenções sobre o meio natural, ou seja, somente os humanos são capazes de planejar conscientemente seu trabalho.

Para que se possa compreender a concepção de trabalho presente nas estruturas curriculares dos primeiros cursos de formação profissional ofertados a partir de 1967 pelo Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), objeto central da pesquisa aqui proposta, tomar-se-á como referência teórica o conceito de trabalho desenvolvido por Karl Marx. O filósofo, sociólogo, jornalista e ativista político do socialismo viveu na Europa do século XIX e testemunhou as alterações que o sistema capitalista e, por conseguinte, as relações de trabalho viviam durante a segunda fase da revolução industrial. Naquele contexto, Marx percebeu que a diferença entre o trabalho do homem e dos outros animais está no fato de que o homem planeja sua execução, não só efetua a transformação da natureza, mas realiza nela o seu objetivo.

Assim sendo, o trabalho é a condição de existência do homem, ou seja, “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, portanto, da vida humana”, (MARX, 1983, p. 49). Ainda segundo o autor, o trabalho é o processo entre homem e natureza, em que o homem, por sua ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ao modificar a natureza pela ação do trabalho, o homem modifica-se a si próprio, desenvolvendo suas próprias potencialidades e possibilidades. O trabalho é por isso, parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, nesse sentido, não é emprego, não é meramente uma forma histórica do trabalho em sociedade - é a atividade essencial pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande e, conhecendo, aperfeiçoa-se.

Sendo assim, na percepção marxista o trabalho é a base para a formação de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história. No entanto, o sistema capitalista inverteu a lógica homem-trabalho-natureza. Na obra “A Crítica à Economia Política”, Marx difere, reflexivamente, o trabalho como valor de uso, do trabalho assalariado, que assumiu um valor de troca por imposição do capitalismo (Marx, 1980).

A atualização das concepções marxistas aplicáveis ao contexto histórico brasileiro foram produzidas por vários teóricos. Usaremos, na pesquisa proposta, principalmente as proposições de Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Silvia Manfredi.

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

A história da educação profissional (EPT) no Brasil está relacionada diretamente a história do contexto político e econômico de cada época vivenciada pelo país, beneficiando determinadas classes sociais, em detrimento de outras. Ela é o reflexo da adequação de nossa estrutura econômica às demandas do sistema capitalista, que se renova e produz novas exigências a cada crise. A história da EPT é, então, a expressão da história da luta de classes. Por isso, é importante analisarmos, historicamente, a evolução da educação profissional no Brasil, para compreendermos a concepção de trabalho em cada época correspondente e, assim, situarmos o objeto da pesquisa no seu respectivo devir histórico.

Um exemplo das relações entre história e educação profissional no Brasil está na análise feita por Manfredi (2002), a partir da educação dos povos nativos, até a educação realizada durante o Estado Novo. Dada a importância de suas reflexões, a seguir, serão abordados os principais pontos da educação profissional e suas relações com o trabalho, no decorrer da história brasileira.

Para Manfredi (2002) a educação e o trabalho, entre os povos nativos, dava-se através da observação e participação direta dos indivíduos nas atividades cotidianas, enquanto os mais velhos faziam e ensinavam, os mais jovens observavam e aprendiam. O processo de educação profissional baseava-se, portanto, em “saberes” e “fazer” tradicionais, típicos das sociedades orais.

No período colonial, é importante destacarmos o trabalho escravo da população nativa e de negros vindos da África, além dos poucos trabalhadores livres. A aprendizagem, durante essa época se dava no próprio ambiente de trabalho, sem regulamentações. A expansão da agroindústria açucareira e a intensificação da atividade extrativa de minérios em Minas Gerais, durante os primeiros séculos da colonização, intensificaram a formação de núcleos urbanos. A população urbana criou um mercado consumidor para os mais diversos produtos artesanais e utensílios domésticos, o que gerou a necessidade do trabalho especializado de diversos artesãos: sapateiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros e outros.

Para dar continuidade na análise do período histórico, a autora ainda cita a visão de Cunha: “Também sediados nos núcleos urbanos mais importantes, estavam os colégios religiosos, em particular os dos jesuítas, com seus quadros próprios de artesãos para as atividades internas de construção, manutenção e prestação de serviços variados” (Cunha, 2000<sup>a</sup>, p. 27). Esses núcleos urbanos exigiam uma mão de obra para os mais diversos produtos, o que deu origem aos colégios religiosos, em particular dos jesuítas. Os colégios dos jesuítas foram os primeiros núcleos de formação profissional formal do Brasil, ou seja, as “escolas-oficinas” de formação de artesãos e demais ofícios, os quais, além da catequese da europeização dos nativos, eram responsáveis pela escolarização das elites. O sistema escravocrata, além de envolver a violência contra indígenas e africanos, impondo-lhes um padrão civilizatório que não era o seu, destinou o emprego da mão de obra escrava para a execução de atividades artesanais, o que acabou criando a representação de que todo trabalho que exigisse esforço físico consistiria em um “trabalho desqualificado”, menosprezando o trabalho braçal destinado aos grupos sociais escravizados. Já os trabalhadores livres, de ascendência europeia, ocupavam os cargos de administração e de chefia, ou seja, o trabalho intelectual.

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

Manfredi dá continuidade à retrospectiva histórica da educação profissional analisando o Brasil Colônia, que com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, passou de colônia para sede do reino português. Economicamente, extinguiu-se a exploração característica do modelo metrópole-colônia, definido pelo “exclusivo comercial”. Teve início, então, a implantação de atividades e empreendimentos industriais no país. Baseada na análise de Cunha, a autora cita que

ao mesmo tempo, gestou-se a constituição do aparelho educacional escolar, que persistiu por mais de um século, basicamente com a mesma estrutura herdada do período colonial, ou seja, uma estrutura educacional dual, pautada na formação de um grupo destinado a administração e ao mando, e de outro destinado a execução (Cunha, 2000<sup>a</sup>, p. 59).

Os jesuítas detinham o controle direto e indireto da educação escolar em todo o reino português (Cunha, 2000<sup>a</sup>, p. 66). Mas, a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, de Portugal e de seus domínios, desorganizou o sistema de educação escolar existente, tornando o Estado obrigado a montar outro aparato escolar para substituí-lo. As primeiras instituições públicas a serem fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no exército e na administração do Estado. O primário, das primeiras letras, e o secundário serviam como preparatórios para a universidade.

O Estado procurava desenvolver um tipo de ensino separado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção. Outro ponto importante para a educação na época, eram as casas de educandos artífices. Nelas, eram ensinados os menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade: os órfãos, os abandonados e os desvalidos. Esses recebiam instrução primária e aprendiam ofícios como tipografia e encadernação. Já os liceus de artes e ofícios, recebiam recursos de sócios e benfeitores, que eram membros da burocracia do Estado. As matérias eram divididas em artes e ciências aplicadas e serviram como base para a atual rede nacional das escolas profissionalizantes.

Manfredi destaca, ainda, a Primeira República como um período histórico marcado por profundas mudanças socioeconômicas, provocadas pela extinção da escravatura, pelo projeto de imigração e pela expansão da economia cafeeira. Os novos empreendimentos industriais e a modernização tecnológica geraram novas necessidades de qualificação profissional. O sistema educacional e a educação profissional ganharam nova configuração e os destinatários não eram apenas os pobres e desafortunados, mas sim, aqueles que pertenciam aos setores populares urbanos e iriam se transformar em trabalhadores assalariados. Em decorrência disso, houve uma diversificação do ensino profissional nos estados, a destacar São Paulo que, em 1892, aprovou a lei que determinava a criação de cursos noturnos para menores trabalhadores. Embora não fossem cursos propriamente profissionais, visavam enfatizar a educação geral, com a sua aplicação prática na produção.

O Estado Novo, regime político instaurado por Getúlio Vargas em 1937, legitimou a

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

separação entre o trabalho manual e o intelectual. Para Manfredi (2002), o Estado foi considerado o agente de desenvolvimento econômico e as organizações dos trabalhadores foram silenciadas pela intensa repressão. Porém, o Estado incorporou muitas das reivindicações trabalhistas, como o salário mínimo, as férias remuneradas, a limitação da jornada de trabalho, a limitação da força de trabalho feminina e infantil. O período centrou-se na reformulação do ensino regular, legitimando o ensino secundário como preparatório para o ingresso na universidade, separado dos cursos profissionalizantes. A Reforma Capanema, em 1942, por Gustavo Capanema, determinava que o ensino primário teria de quatro à cinco anos, para atender crianças de sete à doze anos. O ensino médio, doze anos ou mais, compreendido em 5 ramos e o ensino secundário, como preparação para o ensino superior, que permaneceu com a mesma estrutura anterior de três anos. Os demais indivíduos formavam uma força de trabalho específica para os setores da produção: agrícola, industrial, comercial e normal (professores para o ensino primário). A política getulista foi ambivalente, se caracterizando pela ambiguidade entre o Estado e setores privados (católicos, industriais).

Durante a redemocratização do pós 1945, Manfredi (2002) destaca que o Estado continuou sendo o principal protagonista dos planos, projetos e programas de investimentos. A educação permaneceu dualista, com a concepção escolar e acadêmica generalista, consistindo em um conjunto básico de conhecimentos que eram cada vez mais amplos. Já a educação profissional, sendo um conjunto de informações relevantes ao domínio do ofício, manteve-se sem aprofundamento teórico, científico e humanístico.

Com os novos investimentos efetuados nos setores produtivos, ampliou-se a necessidade de mão de obra qualificada. Surgiu, então, o PIPMO - Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra, criado durante o governo de João Goulart, para suprir a força de trabalho nos diversos setores da economia. A autora explica que o programa foi executado pelas instituições já existentes, como o Sistema S e escolas da rede federal. As empresas que desejassem realizar a qualificação profissional dos funcionários, seriam beneficiadas com redução de tributos.

Em 1971 a lei 5.692 instituiu a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, igualando o curso secundário e os cursos técnicos. Porém, esse objetivo não teve sucesso, tendo sido modificada várias vezes em um curto período de tempo. Até 1996, quando foi atualizada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino profissionalizante foi mantido pela rede federal, estadual, municipal e privada, incluindo o sistema S.

Após analisarmos a evolução histórica da educação profissional, conforme o estudo realizado por Manfredi, é possível observarmos que essa modalidade sempre esteve associada às classes populares. Conforme Ciavatta

a dimensão estrutural própria da constituição da escola no modo de produção capitalista não acarreta a democratização do saber, da ciência. A escola existe para distribuir desigualmente o saber como resultado e condição da existência da divisão técnica e social do trabalho. A escola é,

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

também, a origem das diversas cidadanias que discriminam o trabalhador. Na sociedade brasileira, isso é mais claro nos níveis secundário e superior, mas não se pode esquecer que a introdução do trabalho na escola com fins de preparação profissional está, desde os primórdios, associada à educação elementar das classes populares (2009, p. 213).

Assim sendo, no Brasil, a própria ideia de escola do trabalho, em suas acepções mais formativas, teria sofrido a influência decisiva do ideário liberal. Nela, prevaleceram os interesses da produção e o sentido de uma educação voltada às classes desfavorecidas, destinadas ao trabalho manual. A ênfase recaiu na preparação técnica ou profissional diretamente orientada às necessidades da indústria. Tratava-se, claramente, de melhorar “os processos científicos do trabalho” e de “Ministrar a educação técnica aos que não podem, nem poderão trilhar o caminho que os levaria ao ensino superior”, de produtores de amanhã” (Ciavatta, 2009, p. 217). É possível observarmos que a educação profissional, no Brasil, objetivou beneficiar determinados grupos sócio econômicos dominantes, se adequando às alterações decorrentes do capitalismo, determinando o “preparo técnico” a partir das imposição acarretadas pela industrialização.

Frigotto também buscou entender a educação no interior da totalidade social, desenvolvendo uma análise que articula as dimensões econômicas, políticas, filosóficas e socioculturais. Segundo ele

o homem torna-se o único ser capaz de apropriar-se da natureza, transformá-la, de criar e fazer cultura. Tirar do homem a condição originária de se produzir enquanto homem - ou seja, de todo homem poder apropriar-se pelo trabalho em relação com os demais homens, da natureza para transformá-la em seu benefício, ou romper com esta relação originária sob a forma capitalista privada de apropriação - é tirar e eliminar as condições de existir do homem. [...] o homem, historicamente, em todas as sociedades, entra em relação com os demais homens e com a natureza, transformando-a, produz bens úteis para sua manutenção e reprodução; não só produz o imediatamente necessário, mas pode - e é o caso da maior parte das sociedades - produzir um excedente (1986, p. 143)

O processo de trabalho, atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, condição natural e eterna da vida humana, recebe uma determinação social, histórica, sendo convertido em trabalho genérico, abstrato, um trabalho separado dos sujeitos - força de trabalho. Todo esforço do capital (e do capitalismo) é, então, de ampliar a taxa de mais valia, taxa essa que mede o grau da exploração da força de trabalho e origina o lucro. O que interessa ao modo de produção capitalista não é a utilidade dos bens para seus produtores, mas a troca; não é o trabalho humano em si, mas a quantidade de trabalho consumido e repartido entre os diversos setores de produção.

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

O modo de produção não deve ser considerado simplesmente como reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividades destes indivíduos, uma forma definida de expressar suas vidas, um definido modo de vida deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são. E o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o que produzem, tanto como produzem. A natureza dos indivíduos, portanto, depende das condições materiais de sua produção (Marx, 1977b, p. 113).

Outro importante teórico sobre o mundo do trabalho, é o sociólogo Ricardo Antunes, que em sua obra *O Continente do Labor* aponta as diferenças na estruturação da classe trabalhadora da América Latina em relação aos outros países capitalistas. Os demais países, segundo Antunes, “vivenciaram uma transição que levou séculos, um longo processo que principiou com o artesanato, avançou para a manufatura e, posteriormente, para a grande indústria”; porém, na América Latina “vários países saltou-se quase que diretamente do trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial” (2009, p. 19), contribuindo assim, nas estruturação e caracterização da classe trabalhadora no nosso continente.

Com base na análise bibliográfica dos principais teóricos do mundo do trabalho, baseados nas concepções marxistas no contexto histórico brasileiro, é possível observarmos a transformação do homem em relação a concepção de trabalho ao decorrer da história, referente a lógica homem-trabalho-natureza e a morfologia da classe trabalhadora no sistema capitalista. Assim como, a análise de quem realmente o sistema beneficia e o papel da educação profissional nesse contexto.

Nos últimos anos tem se destacado, no âmbito da educação brasileira, a formação de trabalhadores através do ensino profissional e tecnológico. A própria expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir de 2008, decorreu da valoração social atribuída a essa modalidade. Porém, as políticas públicas voltadas para a educação profissional, no país, são recentes e demonstram as adequações da produção nacional ao sistema capitalista mundial. Isso decorre do fato de a educação profissional ter sido construída de forma flexível, buscando atender as diferentes situações do contexto histórico capitalista, considerando as necessidades e as rápidas mudanças tecnológicas.

No artigo “O processo histórico de instalação do colégio técnico industrial de Santa Maria”, Lima e Pommer destacam a história e os desafios na implantação do CTISM, além de analisarem o contexto local da época. Na década de 1960, a Universidade Federal de Santa Maria implantou a oferta de ensino técnico de nível médio, através da criação de duas novas unidades: o Colégio Agrotécnico, atualmente Colégio Politécnico (1963) e o CTISM (1967). Em função do processo de industrialização pelo qual passava o país na segunda metade do século XX, aumentou-se a demanda por mão de obra operária qualificada.

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

A cidade de Santa Maria possuía, na época, a escola Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos, que oferecia cursos de tipografia, marcenaria e mecânica, porém, em nível primário e ginasial. Sendo assim, a função dos colégios técnicos da Universidade Federal de Santa Maria era a de oferecer formação profissional nas áreas agropecuária e industrial, em nível médio.

O CTISM iniciou suas atividades em abril de 1967 e em 17 de dezembro de 1969 formaram-se as primeiras turmas dos cursos técnicos em eletrotécnica e em mecânica.

As autoras, no artigo “O colégio técnico industrial de Maria no contexto da chamada redemocratização do Brasil”, destacam que a importância atribuída a educação profissional de nível técnico, foi uma decorrência do projeto de desenvolvimento industrial em curso durante os governos civis-militares do pós 1964, do que resultou o suposto “Milagre Econômico”. Os governos militares direcionaram as políticas educacionais do período para o atendimento dos interesses de determinados grupos empresariais, fazendo com que o estado tomasse para si, a função de qualificar o trabalhador necessário as atividades da iniciativa privada.

Durante o seu processo histórico, o CTISM apresentou diversas práticas pedagógicas, correspondentes aos contextos políticos e econômicos de várias épocas. Essas práticas estão diretamente relacionadas às necessidades que o mundo do trabalho exigiu, mas também, relacionadas ao poder que o contexto político estabelece.

## **METODOLOGIA**

Este estudo constitui-se de análises bibliográficas, de caráter exploratório. A pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a sua elaboração e visa oferecer informações sobre o objeto e orientar a formulação de hipóteses (Cervo e Silva, 2006). A abordagem utilizada será de caráter qualitativo, permitindo compreender e interpretar os dados a partir de determinados comportamentos, opiniões e expectativas, sem o intuito de obter números como resultados, mas análises que possam indicar o caminho sobre a questão-problema.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralização do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do Trabalho, Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. O Continente do Labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

CIAVATTA, Maria. Mediações históricas de trabalho e educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Lisboa: Editorial Presença, 1980, 15-101p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva. 9 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

GHIRALDELLI, Paulo. História da Educação Brasileira. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

KRAWULSKI, Edite. Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelo trabalhador de hoje. Florianópolis: 1991. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75812>. Acessado em 09/10/2018 às 13:13.

LIMA, Bruna. POMMER, Roselene Gomes. O processo histórico de instalação do colégio técnico industrial de Santa Maria - CTISM/UFSM. Santa Maria, 2010. Disponível em [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279375749\\_ARQUIVO\\_OprocessoHistoric odeInstalacaoCTISM.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279375749_ARQUIVO_OprocessoHistoric odeInstalacaoCTISM.pdf). Acessado em 09/10/2018 às 13:05.

\_\_\_\_\_ As experiências pedagógicas do colégio técnico industrial de Santa Maria no contexto “milagre econômico” brasileiro. Santa Maria, 2010. Disponível em <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt002-asesperiencias.pdf>. Acessado em 09/10/2018 às 13:07.

\_\_\_\_\_ O colégio técnico industrial de Manta Maria no contexto da chamada redemocratização do Brasil. Santa Maria: 2012. Disponível em [http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346357261\\_ARQUIVO\\_OCTISMnoConte xto.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346357261_ARQUIVO_OCTISMnoConte xto.pdf). Acessado em 09/10/2018 Às 13:09.

LOMBARDI, José. Educação e ensino na obra de Marx e Engels. São Paulo: Alínea, 2017.

MANACORDA, Mário. Marx e a Pedagogia Moderna. São Paulo: Alínea, 2017.

Bioeconomia:  
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**SALÃO DO** UNIJUI 2019  
**CONHECIMENTO**

21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica  
XXIV Jornada de Pesquisa  
XX Jornada de Extensão  
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

MANFREDI, Sílvia. Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história. São Paulo: Cortez Editora, 2002. 317 p.

MARX, KARL. O Capital. Volume I.

MESZÁROS, Istvan. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POCHMAN, Márcio. O trabalho na globalização. São Paulo, Boitempo, 2001. MARX, K.

ROLLE, Pierre. Introdução à sociologia do trabalho. Lisboa, 1971.